



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2015.0000858120

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001883-85.2014.8.26.0197, da Comarca de Francisco Morato, em que é apelante CRISTIANO SALUSTIANO DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado AUTO ONIBUS MORATENSE LTDA.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MELO BUENO (Presidente), GILBERTO LEME E MORAIS PUCCI.

São Paulo, 16 de novembro de 2015.

Melo Bueno

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

COMARCA: FRANCISCO MORATO

APELANTE (S): CRISTIANO SALUSTIANO DA SILVA

APELADO (S): AUTO ONIBUS MORATENSE LTDA

JUIZ (A): RODRIGO MARCOS DE ALMEIDA GERALDES

VOTO Nº 35456

**ACIDENTE DE TRÂNSITO - AÇÃO DE
INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS - Autor que
não prova os fatos alegados na inicial - Inteligência
do art. 333, I, do CPC - Ação improcedente -
Recurso desprovido.**

Apelação interposta contra a r. sentença de fls. 71, vº, que julgou improcedente a ação de indenização por danos morais, fundada em acidente de trânsito. O apelante sustenta, em síntese, a responsabilidade objetiva da apelada; restou efetivamente comprovado o acidente e sua incapacidade; razão pela qual faz jus ao pagamento de indenização por danos morais (fls. 77/86).

O recurso foi processado, com resposta a fls. 90/93.

É o relatório.

A presente ação foi proposta pelo apelante visando haver indenização por danos morais, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 28/1/2014, no qual alega que foi vítima de atropelamento sobre o meio fio, próximo a sede da empresa apelada, eis que o local não possui passeio. Atribui culpa exclusiva à apelada, por dirigir de maneira imprudente, na contramão de direção, arremessando-o a uma distância de aproximadamente três metros, vindo a cair sobre um monte de terra, o que amorteceu a queda.

Com efeito, pelo conjunto probatório, não há como se acolher a pretensão do apelante, ao pleitear a reparação dos danos sofridos a cargo da apelada. Não se desconhece que a responsabilidade da apelada é objetiva¹ (CF, art. 37, § 6.º) e, por esta razão, independe da comprovação de culpa ou dolo do agente público para sua caracterização.

Entretanto, no presente caso, não é possível vislumbrar qual foi a dinâmica do acidente, não logrando êxito o apelante em demonstrar a versão fática da inicial, ônus que lhe incumbia, nos termos do artigo 333, I, do CPC, sendo certo que para a configuração da responsabilidade objetiva é imprescindível a comprovação do nexo causalidade entre a conduta ilícita do ofensor e os danos sofridos pela vítima. A propósito, a este respeito, confira-se:

“RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO – ÔNIBUS - AUSÊNCIA DE PROVA EFICAZ DA DINÂMICA DO ACIDENTE - INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS INDICADORES DA CULPA DO RÉU - NÃO COMPROVAÇÃO DA VERSÃO FÁTICA NARRADA NA INICIAL - DESATENDIMENTO AO ART. 333, INCISO I, DO CPC - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO”².

¹ Ag. Reg. No Recurso Extraordinário nº 587.311 - Rio de Janeiro - Rel Min. GILMAR MENDES - J. 16/11/2010 - "Agravamento regimental em recurso extraordinário. 2. Responsabilidade objetiva do Estado. Art. 37, §6º, da CF. Acidente de trânsito. Comprovação do fato e do nexo causal. Indenização por dano material. 3. Incidência das Súmulas 279 e 283 do STF. 4. Agravamento regimental a que se nega provimento".

² APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0002483-87.2005.8.26.0564 – Rel. Des. FRANCISCO CASCONI, 31ª C., j. 22/9/2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

Desse modo, ainda que objetiva a responsabilidade civil em foco, não há como se acolher o pedido reparatório deduzido na petição inicial, à míngua do nexo causal entre qualquer condução irregular do condutor do ônibus e os alegados danos morais sofridos em razão do acidente, motivo pelo qual a manutenção da r. sentença recorrida pelos seus próprios fundamentos é medida de rigor.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator